ATO PGJ Nº 1052/2021

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, CARMELINA MARIA MENDES DE MOURA, no exercício da atribuição que lhe é conferida pelo art. 12, inciso XXXI, da Lei Complementar Estadual nº 12, de 18 de dezembro de 1993,

CONSIDERANDO o disposto no art. 129, § 2º, da Constituição Federal, e na Resolução nº 26/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público;

CONSIDERANDO o que preceitua a Resolução nº 01-08/CSMP, de 04 de março de 2008, que trata da residência do membro do Ministério Público na Comarca de sua titularidade e define critérios de autorização excepcional de residência fora da Comarca, com as alterações feitas pela Resolução nº 02-10/CSMP;

CONSIDERANDO os fundamentos do Procedimento de Gestão Administrativa nº 19.21.0378.0000253/2020-10 (Athenas), que satisfazem aos mandamentos dos arts. 7º, 7º-B e 8º, da Resolução nº 01-08/CSMP;

CONSIDERANDO, por fim, a decisão do Conselho Superior do Ministério Público, na 2ª Sessão Extraordinária do Conselho Superior do Ministério Público, realizada em 01 de dezembro de 2020;

RESOLVE:

Art. 1º AUTORIZAR, em caráter excepcional, o Promotor de Justiça ARI MARTINS ALVES FILHO, titular da Promotoria de Justiça de Barro Duro, a residir em Teresina/PI.

Art. 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Teresina-PI, 09 de fevereiro de 2021.

Carmelina Maria Mendes de Moura
Procuradora-Geral de Justiça